



Informações Trimestrais

Em 31 de março de 2026
e Relatório de Revisão
do Auditor Independente

Sumário

Composição do Conselho de Administração.....	03
Relatório do Auditor Independente sobre as informações trimestrais.....	04
Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais.....	06
Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente.....	07
Balancos patrimoniais	08
Demonstrações dos resultados.....	10
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações dos valores adicionados	14
Notas explicativas às informações trimestrais.....	15

Composição do Conselho de Administração

Presidente

Milton Frasson

Membros:

Alessandra de Almeida Figueiredo

André da Silva Cursio

Antonio Julio Castiglioni Neto

Daniel Rodrigues Aldigueri

Eugênia Cristina Cleto Marolla

Fabiano Maia Pereira

Fabiano Martins de Oliveira

Mauro Antônio Gumiero Voltarelli

Wagner Fajardo Pereira

Walkyria Aparecida Augusto

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô. ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreende o balanço patrimonial nesta data e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) e com a Norma Internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Denúncias envolvendo a Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, item (iii) "Impactos decorrentes de delação premiada" às demonstrações financeiras, que apresenta informações sobre o acordo de colaboração premiada de ex-diretor da Companhia, celebrado com o Ministério Público Federal, a respeito de supostas irregularidades em obras civis ocorridas no período de 2004 a 2014. Com base no estágio atual de conhecimento e no andamento das ações judiciais mencionadas na referida nota, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações do Valor Adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesta Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias.

São Paulo, 12 de maio de 2026.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Informações trimestrais
Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revii, discuti e concordei com as informações trimestrais da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026.

São Paulo, 12 de maio de 2026.

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor-Presidente e Diretor Comercial em exercício

Leandro Kojima
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio Siqueira Netto
Diretor de Operações

Roberto Torres Rodrigues
Diretor de Engenharia e Planejamento



Declaração dos diretores sobre o parecer do auditor independente

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revii, discuti e concordei com a opinião expressada no relatório dos auditores independentes, referente às informações trimestrais da Companhia no período de três meses findo em 31 de março de 2026.

São Paulo, 12 de maio de 2026.

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor-Presidente e Diretor Comercial em exercício

Leandro Kojima
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio Siqueira Netto
Diretor de Operações

Roberto Torres Rodrigues
Diretor de Engenharia e Planejamento

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Balancos Patrimoniais

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo	Nota explicativa	31/03/2026	31/12/2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	670.004	642.932
Contas a receber	4	239.626	200.200
Estoques	5	205.823	205.885
Tributos a recuperar		17.500	16.977
Outros ativos		45.387	51.689
		<u>1.178.340</u>	<u>1.117.683</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda		24.141	24.141
		<u>1.202.481</u>	<u>1.141.824</u>
Não circulante			
Contas a receber	4	5.873	6.215
Caixa restrito	6	34.351	35.871
Depósitos judiciais	7	47.332	48.717
Outros ativos		139.868	131.458
Investimentos		219.732	219.732
Imobilizado	8	47.981.417	47.098.340
Intangível	9	22.977	21.885
		<u>48.451.550</u>	<u>47.562.218</u>
Total do ativo		<u><u>49.654.031</u></u>	<u><u>48.704.042</u></u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Balancos Patrimoniais

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Passivo	Nota explicativa	31/03/2026	31/12/2025
Circulante			
Fornecedores	11	608.427	738.264
Debêntures	12	112.837	112.813
Impostos e contribuições a recolher	13	32.891	53.395
Remunerações e encargos a pagar	14	296.574	292.366
Adiantamento de clientes	15	49.400	43.982
Partes relacionadas	16	31.721	31.976
Passivo de arrendamento		2.398	3.417
Outras contas e despesas a pagar		3.329	3.314
		<u>1.137.577</u>	<u>1.279.527</u>
Não circulante			
Debêntures	12	9.373	37.494
Impostos e contribuições a recolher	13	638	638
Remunerações e encargos a pagar	14	19.648	20.415
Adiantamento de clientes	15	842.837	800.861
Plano de previdência suplementar	17.2	359	347
Provisão para processos judiciais	18	1.702.621	1.674.573
Partes relacionadas	16	223.941	225.791
		<u>2.799.417</u>	<u>2.760.119</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	19.2	57.339.085	57.339.085
Adiantamento para futuro aumento de capital	19.2	1.191.540	-
Ações em tesouraria		(16)	(16)
Ajustes de avaliação patrimonial		176.353	176.353
Prejuízos acumulados		(12.989.925)	(12.851.026)
		<u>45.717.037</u>	<u>44.664.396</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>49.654.031</u></u>	<u><u>48.704.042</u></u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações de resultados
Em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota explicativa	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida	20	697.740	658.389
Custo dos serviços prestados	21	<u>(662.645)</u>	<u>(648.252)</u>
Lucro bruto		35.095	10.137
Receitas (despesas) operacionais	21		
Despesas com vendas		(5.008)	(4.578)
Despesas gerais e administrativas		(216.671)	(265.570)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>34.470</u>	<u>6.880</u>
		<u>(187.209)</u>	<u>(263.268)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(152.114)</u>	<u>(253.131)</u>
Resultado financeiro, líquido	22		
Receitas financeiras		21.643	13.552
Despesas financeiras		(9.410)	(16.040)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		<u>982</u>	<u>(323)</u>
		<u>13.215</u>	<u>(2.811)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(138.899)</u>	<u>(255.942)</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	23	-	-
Prejuízo do período		<u>(138.899)</u>	<u>(255.942)</u>
Prejuízo do período por ação (em R\$)			
Básico - ON	24.1	(12,28)	(25,32)

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo do período	<u>(138.899)</u>	<u>(255.942)</u>
Total do resultado abrangente	<u>(138.899)</u>	<u>(255.942)</u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.492.032	-	(16)	129.766	(11.792.458)	40.829.324
Prejuízo do período	-	-	-	-	(255.942)	(255.942)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	933.682	-	-	-	933.682
Saldos em 31 de março de 2025	52.492.032	933.682	(16)	129.766	(12.048.400)	41.507.064
Saldos em 31 de dezembro de 2025	57.339.085	-	(16)	176.353	(12.851.026)	44.664.396
Prejuízo do período	-	-	-	-	(138.899)	(138.899)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.191.540	-	-	-	1.191.540
Saldos em 31 de março de 2026	57.339.085	1.191.540	(16)	176.353	(12.989.925)	45.717.037

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos fluxos de caixas
Em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/03/2026	31/03/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(138.899)	(255.942)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa		
Líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	198.393	208.612
Baixa/reversão de ativos imobilizados e intangíveis	(21.511)	11
Juros sobre debêntures	6.737	10.760
Juros sobre arrendamento	73	153
Juros sobre passivo atuarial	11	1.072
Provisão e atualizações para contencioso judicial e administrativo, líquida	28.048	14.270
Constituição de perda de crédito esperada	11.202	8.156
Provisão participação nos resultados	12.786	11.170
Provisão para perda obsolescência de estoque, líquida	(24)	-
Resultado líquido ajustado	<u>96.816</u>	<u>(1.738)</u>
Variação nos ativos operacionais		
Contas a receber	(50.286)	(51.244)
Estoques	86	4.599
Tributos a recuperar	(523)	(2.034)
Depósitos judiciais	1.385	19.791
Outros ativos	(2.108)	(2.301)
Variação nos passivos operacionais		
Fornecedores	(129.837)	122.365
Remunerações e encargos a pagar	(9.345)	24.328
Impostos e contribuições a recolher	(20.504)	(20.485)
Adiantamento de clientes	47.394	276.867
Partes relacionadas	(2.105)	(1.787)
Outras contas e despesas a pagar	15	41
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>(69.012)</u>	<u>368.402</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(1.056.704)	(1.077.858)
Aquisição de intangível	(4.288)	(7.363)
Caixa restrito	1.520	459
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(1.059.472)</u>	<u>(1.084.762)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.191.540	933.682
Amortização do principal sobre debêntures	(28.572)	(28.571)
Pagamento de juros sobre debêntures	(6.262)	(10.146)
Pagamento de arrendamento	(1.150)	(732)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	<u>1.155.556</u>	<u>894.233</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>27.072</u>	<u>177.873</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	642.932	470.878
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	670.004	648.751
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>27.072</u>	<u>177.873</u>
Transações que não afetaram o caixa		
Direito de uso de veículos (imobilizado/ arrendamento a pagar)	59	-

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos valores adicionados
Em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/03/2026	31/03/2025
Receitas		
Receita de prestação de serviços e outras	712.137	674.278
Outras receitas	(2.297)	7.468
Constituição de perda de crédito esperada, líquida	(11.195)	(8.155)
	<u>698.645</u>	<u>673.591</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(107.003)	(109.595)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(99.022)	(71.756)
Perdas com ativos	37.001	(81)
	<u>(169.024)</u>	<u>(181.432)</u>
Valor adicionado bruto	529.621	492.159
Depreciação e amortização	(198.393)	(208.233)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>331.228</u>	<u>283.926</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	25.214	19.214
	<u>25.214</u>	<u>19.214</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>356.442</u>	<u>303.140</u>
Empregados		
Remuneração Direta	266.479	294.740
Benefícios	93.291	96.383
F.G.T.S.	22.991	21.715
Outros	22.977	56.367
	<u>405.738</u>	<u>469.205</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	77.756	66.944
Estaduais	6	-
Municipais	(1.461)	498
	<u>76.301</u>	<u>67.442</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias	9.832	19.182
Aluguéis	3.470	3.253
	<u>13.302</u>	<u>22.435</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	(138.899)	(255.942)
	<u>(138.899)</u>	<u>(255.942)</u>
Valor adicionado total distribuído	<u>356.442</u>	<u>303.140</u>

1 Contexto operacional

A Companhia do Metropolitano de São Paulo ("Companhia" ou "Metrô"), é uma empresa pública com sede social em São Paulo – SP, na Rua Boa Vista, nº 175, Bloco B, 7º andar, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo - GESP, com 98,20% das ações ordinárias. A Companhia obteve em 6 de janeiro de 2023, o registro de Companhia Aberta - Categoria B, de acordo com a Resolução Nº 80 da Comissão de Valores Mobiliários "CVM". Nesta condição, a Companhia está autorizada apenas a emitir títulos e valores mobiliários, não podendo negociar suas ações em Bolsa de Valores.

A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, órgão do GESP, é responsável pelo planejamento e execução da política de transporte urbano de passageiros da região metropolitana de São Paulo e a Companhia não possui dependência orçamentária do GESP para a execução de suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objeto social, essencialmente:

- Operação comercial de prestação de serviço de transporte metroviário de passageiros;
- Planejamento de redes metroviárias e de transportes para a região metropolitana de São Paulo – RMSP;
- A construção e implementação de novos empreendimentos e sistemas metroferroviários;
- A exploração comercial de negócios adjacentes através dos espaços e ativos metroviários;
- Prestação de serviços e consultoria especializada em tecnologia.

O Metrô possui atualmente 4 (quatro) linhas comerciais em operação na cidade de São Paulo, sendo a Linha 1 – Azul (Jabaquara-Comitê Paralímpico Brasileiro - Tucuruvi), Linha 2 – Verde (Vila Madalena - Vila Prudente), Linha 3 – Vermelha (Corinthians-Itaquera – Palmeiras-Barra Funda), Linha 15 – Prata (Vila Prudente – Jardim Colonial). Estas linhas operam de forma integrada e, conjuntamente, cobrem 71,4 quilômetros de extensão (não auditado) e transportaram a média de 2,93 milhões de passageiros (não auditado) nos dias úteis do trimestre findo em 31 de março de 2026.

Em 31 de março de 2026 teve início a Operação Transitória da Linha 17-Ouro, no trecho de 5,5 km entre as estações Morumbi e Aeroporto de Congonhas. Durante esse período, os passageiros poderão utilizar as novas estações da linha de monotrilho sem cobrança de tarifa. Atualmente, a operação ocorre de segunda a sexta-feira, das 10h às 15h.

As principais obras em execução são: a extensão da Linha 2 – Verde (trecho Orfanato – Penha) e a extensão da Linha 15 – Prata (trecho Ipiranga – Jacu-Pêssego incluindo Pátio Ragueb Chohfi), no sistema de transporte em monotrilhos.

Linha 4 – Amarela: encontra-se em concessão à iniciativa privada, para o Consórcio ViaQuatro, o trecho Vila Sônia – Luz pelo prazo de 50 anos com término em 21 de junho de 2060. A Linha 4 – Amarela faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Luz, com a Linha 2 – Verde na estação Paulista e com Linha 3 – Vermelha na estação República.

Linha 5 – Lilás: encontra-se em concessão à iniciativa privada, para o Consórcio ViaMobilidade, o trecho Capão Redondo – Chácara Klabin pelo prazo de 20 anos, com término em 4 de agosto de 2038. A Linha 5 – Lilás faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Santa Cruz e com a Linha 2 – Verde na estação Chácara Klabin, e com a Linha 17 – Ouro (sistema monotrilho) na estação Campo Belo.

Linha 6 – Laranja: tanto a construção quanto a operação foram concedidas à iniciativa privada pelo GESP. O projeto prevê a ligação entre o bairro de Vila Brasilândia e a estação São Joaquim, já existente na Linha 1–Azul. O prazo de concessão será de 19 anos após a conclusão das obras.

Entre os principais eventos ocorridos no período de três meses findo em 31 de março de 2026, destacamos:

i) Apoio as linhas concedidas

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2026, o Governo do Estado de São Paulo – GESP aportou recursos financeiros, por meio da Lei nº 18.387 de 06 de janeiro de 2026, no montante de R\$ 262.133 (R\$ 169.064 em 31 de março de 2025), como apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.

ii) Reajuste de preços das tarifas públicas de transporte - 2026

Em 29 de dezembro de 2025, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, através do Ofício GS/STM nº 525/2025 reajustou, a partir de 06 de janeiro de 2026, a tarifa básica do Sistema Metroferroviário de R\$ 5,20 para R\$ 5,40, um aumento de 3,85%. Esse reajuste é desdobrado para toda estrutura de tarifas aplicadas pela Companhia.

iii) Indicadores

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia possui capital circulante líquido positivo de R\$ 64.904 (R\$ 55.535 positivo em 31 de março de 2025). No período de três meses findo em 31 de março de 2026 apurou prejuízo de R\$ 138.899, e fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 69.012. Em 31 de março de 2025, o prejuízo apurado foi de R\$ 255.942 e o fluxo de caixa operacional positivo em R\$ 368.402 em três meses findo em 31 de março de 2025.

Denúncias envolvendo o Metrô – Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)

A Companhia possui sindicâncias administrativas em curso oriundas de denúncias internas ou externas e que podem envolver seus colaboradores ou partes interessadas. Tais processos são abertos para a apuração de supostas irregularidades e, quando concluídas, estabelecem recomendações e planos de ação que são executados pela Administração.

A Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e compliance e toma medidas internas para que haja o reforço de ações que tenham condições de coibir ou, se necessário, apurar atos de improbidade ou contrários às regras de governança estabelecidas pela Companhia.

No período findo em 31 de março de 2026, as denúncias relatadas abaixo são objeto de acompanhamento pela Administração, contudo, não possuem decisão final ou requisito legal que estabeleça valores de ressarcimento à Companhia ou que identifique possíveis perdas que possam ser determinadas. Assim, para o período findo em 31 de março de 2026, os requisitos do CPC - 00 Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, referente registro de um ativo/receita ou de um passivo/despesa, não estão presentes.

i) Cartel do setor Metroferroviário:

Em 2013, a Procuradoria Geral do Estado, o Metrô e a CPTM propuseram ação judicial com base no acordo de leniência firmado entre a empresa Siemens e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, contra seis empresas em busca de indenizações decorrentes da prática de cartel na aquisição de trens e sistemas. A referida ação encontra-se em fase inicial, aguardando citação das empresas demandadas e julgamento.

Os contratos relacionados ao Metrô e tratados nesta ação judicial são: concorrência internacional nº 40015212, para extensão da linha 2-Verde trecho Ana Rosa – Ipiranga e contrato nº 4001521201, para implantação de sistemas para o trecho Ana Rosa - Ipiranga e sistema complementares para o trecho Ana Rosa - Vila Madalena da Linha 2 – Verde.

No âmbito do CADE, além da concorrência desleal nas obras citadas acima, detectou-se no Processo Administrativo n. 08700.004617/2013-41, que as Concorrências 41377212 e 41377213, que tiveram por objeto a prestação de serviços de modernização de trens para as frotas das Linhas 1- Azul e 3- Vermelha do Metrô de São Paulo, concluiu-se pela existência de superfaturamento.

Em 10 de julho de 2019, foi proferida decisão pelo CADE condenando empresas pela formação de cartel e apresentados recursos em face da decisão proferida. Houve interposição de recursos de Embargos de Declaração com efeito suspensivo; após análise os recursos foram rejeitados parcialmente. Em 22 de dezembro de 2020 houve o trânsito em julgado do caso perante o CADE.

ii) *Cartel de Empreiteiras – Operação Lava Jato:*

Em 2017, o CADE instaurou o processo administrativo n. 08700.003241/2017-81, após acordo de leniência firmado junto àquele Conselho pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério Público Federal – MPF, para apurar a formação de cartel por empreiteiras que atuaram em licitações públicas, incluindo obras de metrô em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal.

O relato dos signatários do Acordo de Leniência indica a concretização de acordos anticompetitivos para as obras das Linhas 2 – Verde (Concorrência nº 40208212) e 5 - Lilás do Metrô (Concorrência nº 41428212), e envolveria cinco empresas principais (“G-5”): Construções e Comércio Camargo Correa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A com autorização para operar o equipamento “Shield”, comumente conhecido como “Tatuzão”, utilizado para projetos de construção de túneis metroviários, entre 1998 e 2014.

Em 11 de dezembro 2023, foi publicada no Diário Oficial da União, a suspensão do processo administrativo a todos os representados, em cumprimento ao comando judicial emitido pela referida autoridade judiciária. Em 18/12/2025 houve a publicação do Despacho SG Nº 1.704, de 17/12/2025, no Diário Oficial da União, determinando a retomada da instrução regular do Processo Administrativo nº 08700.003241/2017-81.

O tema também é objeto de uma ação de improbidade administrativa, processo nº 0041369-29.2011.8.26.0053, proposta pelo Ministério Público Estadual em 2011, que foi julgada procedente em 1º grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A condenação imposta às contratadas das obras civis da Linha 5 – Lilás, ainda não transitada em julgado, foi no percentual de 17% do valor de cada contrato.

Em janeiro de 2021, a Companhia do Metrô deu início ao cumprimento da sentença em face das empresas Construtoras, no valor de R\$ 1.502.903, conforme condenação do julgado. A execução encontra-se suspensa desde 10 de fevereiro de 2021 por decisão do Superior Tribunal de Justiça, sem que houvesse atualizações desde a citada data.

iii) *Impactos decorrentes de delação premiada – Operação Lava Jato*

Durante o terceiro trimestre de 2019, a Companhia do Metrô tomou conhecimento de que o ex-diretor Sérgio Correia Brasil firmou acordo de delação premiada na operação Lava Jato, envolvendo supostos pagamentos de propina entre 2004 e 2014 nas Linhas 2-Verde, 5-Lilás e 6-Laranja do Metrô.

Tramita ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contra Sergio Correa Brasil, Gilmar Alves Tavares e AVBS Consultoria e Representação – Eireli, processo nº 1037523-40.2018.8.26.0053, 9ª Vara da Fazenda Pública, que tem origem na colaboração feita pelos representantes da empresa Camargo Correa, perante o Ministério Público Estadual, acerca do conluio havido entre as empresas que participaram da licitação para as obras civis da Linha 5 – Lilás (Concorrência nº 41428212).

O pedido da ação foi julgado procedente, condenando os réus ao pagamento de multa civil equivalente ao indevido acréscimo patrimonial, bem como condenando de forma solidária ao ressarcimento integral do dano material causado. Houve o trânsito em julgado da condenação e o Metrô iniciou o cumprimento de sentença, processo nº 0000949-54.2026.8.26.0053, e buscará bens para satisfazer a condenação imposta.

Adicionalmente, com base na apuração do procedimento correccional da Corregedoria Geral da Administração (“CGA”), de que o ex-empregado do Metrô Sérgio Correa Brasil teria praticado atos de improbidade com aumento desproporcional de patrimônio, foi proposta ação judicial indenizatória, processo nº 1071192-45.2022.8.26.0053. O processo está na fase instrutória, aguardando realização de perícia.

iv) *Reflexo e perdas no patrimônio da Companhia – Expectativas de ressarcimento*

A Companhia analisa eventuais reflexos e perdas em seu patrimônio líquido no período findo em 31 de março de 2026, sendo que há expectativa de êxito à Companhia para ressarcimento dos eventuais prejuízos decorrentes da conduta das empresas e pessoas físicas envolvidas, uma vez que os contratos tidos por irregulares estão incluídos nas ações judiciais supracitadas, recomendando, portanto, aguardar as decisões finais do Poder Judiciário.

2 Apresentação das informações trimestrais

2.1 Declaração de conformidade, base de preparação e apresentação

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com a norma NBC TG 21 (R4) (demonstração intermediária) e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

A emissão dessas informações trimestrais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de maio de 2026.

As informações trimestrais da Companhia foram elaboradas com base no Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

As informações trimestrais – ITR aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas, práticas contábeis e métodos de mensuração de estimativas adotados e apresentados detalhadamente nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e bancos - custeio	6.086	4.464
Caixa e bancos - investimento	198	206
Total de caixa e bancos	<u>6.284</u>	<u>4.670</u>
Aplicações financeiras - liquidez imediata		
Aplicações - custeio	637.736	614.447
Aplicações - investimento	25.984	23.815
Total de aplicações financeiras - liquidez imediata	<u>663.720</u>	<u>638.262</u>
Total de custeio	643.822	618.911
Total de investimento	<u>26.182</u>	<u>24.021</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>670.004</u>	<u>642.932</u>

De acordo com o Decreto Estadual nº 60.244/14, as aplicações financeiras da Companhia são administradas pela corretora de valores do SIAFEM ligada à Secretaria da Fazenda – SEFAZ. O perfil de aplicação está voltado a títulos de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Parte menor é alocada em fundos de investimento de curto prazo administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A totalidade dos valores classificados como caixa e equivalentes de caixa é denominada em moeda nacional.

No período findo em 31 de março de 2026, a remuneração média é de 98,65% do CDI. (98,87% em 31 de dezembro de 2025).

4 Contas a receber

4.1 Contas a receber, líquidos

	31/03/2026	31/12/2025
Terceiros	416.772	397.533
Partes relacionadas		
Transporte de passageiros - GESP ^(a)	199.972	168.247
Outros ^(b)	4.010	4.695
	<u>620.754</u>	<u>570.475</u>
Perda de crédito esperada	<u>(375.255)</u>	<u>(364.060)</u>
Total do contas a receber, líquido	<u>245.499</u>	<u>206.415</u>
Total - circulante	239.626	200.200
Total - não circulante	<u>5.873</u>	<u>6.215</u>

^(a) GESP e Metrô reafirmaram, em 20 de julho de 2022, um Termo de Acordo visando à recomposição da receita tarifária, decorrente da diferença entre a remuneração contratual paga às concessionárias privadas e a venda de direito de viagem do sistema metroferroviário (tarifa pública). O saldo inclui também R\$ 1.906 referente a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.

^(b) No período findo em 31 de março de 2026, inclui o montante de R\$ 2.103 (R\$ 1.729 em 31 de dezembro de 2025) referente a valores a receber pela Companhia pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP.

4.2 Contas a receber vencidos e a vencer

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de estimativa para perda de crédito, é como segue:

	31/03/2026			31/12/2025		
Circulante e não circulante	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido
A vencer	236.388	(4.050)	232.338	200.786	(3.635)	197.151
Vencidos até 30 dias	6.173	(903)	5.270	5.309	(1.126)	4.183
Vencidos de 31 até 60 dias	5.900	(3.481)	2.419	1.814	(999)	815
Vencidos de 61 até 90 dias	5.796	(4.307)	1.489	5.681	(4.269)	1.412
Vencidos de 91 até 180 dias	12.695	(9.759)	2.936	6.261	(4.625)	1.636
Vencidos de 181 até 360 dias	15.025	(13.978)	1.047	17.393	(16.175)	1.218
Vencidos superiores a 360 dias	338.777	(338.777)	-	333.231	(333.231)	-
Total	<u>620.754</u>	<u>(375.255)</u>	<u>245.499</u>	<u>570.475</u>	<u>(364.060)</u>	<u>206.415</u>
Total - circulante	614.881	(375.255)	239.626	564.260	(364.060)	200.200
Total - não circulante	<u>5.873</u>	-	<u>5.873</u>	<u>6.215</u>	-	<u>6.215</u>

4.3 Movimentação da perda de crédito esperada

	31/03/2026	31/12/2025
Saldos iniciais	(364.060)	(364.806)
Adições/Reversões	(11.202)	(23.469)
Créditos baixados definitivamente da posição	7	24.215
Total	(375.255)	(364.060)

5 Estoques

	31/03/2026	31/12/2025
Materiais de uso comum e administrativo	4.736	4.968
Materiais de reposição	160.597	161.622
Materiais de consumo geral e manutenção	39.336	37.890
Materiais em poder de terceiros ^(a)	1.063	1.288
Outros	94	144
(-) Materiais obsoletos	(3)	(27)
Total	205.823	205.885

^(a) Trata-se de materiais de giro enviados para terceiros a título de empréstimos, reparos, beneficiamentos e testes.

5.1 Movimentação da provisão de materiais obsoletos

	31/03/2026	31/12/2025
Saldos iniciais	(27)	-
Adições	-	(27)
Reversões	24	-
Total	(3)	(27)

6 Caixa restrito

No período findo em 31 de março de 2026, o montante de caixa restrito é de R\$ 34.351 (R\$ 35.871 em 31 de dezembro de 2025).

O caixa restrito reflete o montante de pagamento equivalente a três parcelas de amortização mensal das debêntures, e após o término da amortização, previsto para maio de 2027, passará a compor as disponibilidades da Companhia, e desta forma possui restrição de uso conforme a nota explicativa nº 12.

7 Depósitos judiciais

	31/03/2026	31/12/2025
Trabalhistas	15.661	16.696
Cíveis	30.411	30.761
Tributários e previdenciários	1.260	1.260
Total	47.332	48.717

Os valores são compostos por depósitos judiciais, depósitos recursais e bloqueios, relativos a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, realizados para garantir a execução de tais ações.

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 26 – Cobertura de seguros. Em 31 de março de 2026, o montante de garantias oferecidas sob a cobertura da apólice é de R\$ 419.482 (R\$ 442.654 em 31 de dezembro de 2025), conforme nota explicativa nº 28.10.

8 Imobilizado

8.1 Composição

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2025	Adições ^(c)	Baixas/reversões ^(d)	Transferências ^(e)	31/03/2026
Custo						
Obras civis ^(a)		22.092.401	2.395	(1)	54.117	22.148.912
Sistemas ^(b)		12.211.906	18.188	10.764	-	12.240.858
Terrenos		3.659.427	29.704	-	-	3.689.131
Obras em andamento		16.850.995	982.034	-	55.024	17.888.053
Adiantamentos		579.848	24.383	-	(109.141)	495.090
Bens Móveis - Arrendamento		9.606	59	-	-	9.665
Total		55.404.183	1.056.763	10.763	-	56.471.709
Depreciação						
Obras civis ^(a)	1,25%	(4.496.666)	(84.647)	1	-	(4.581.312)
Sistemas ^(b)	2,90%	(3.802.453)	(109.542)	10.747	-	(3.901.248)
Bens Móveis - Arrendamento		(6.724)	(1.008)	-	-	(7.732)
Total		(8.305.843)	(195.197)	10.748	-	(8.490.292)
Total imobilizado		47.098.340	861.566	21.511	-	47.981.417

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

^(b) Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 31 de março de 2026



(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) As principais adições no período ocorreram nas linhas: 2 – Verde, de R\$ 473 milhões, 17 – Ouro, de R\$ 348 milhões, e 15 – Prata, de R\$ 263 milhões.
- (d) Houve uma reversão de perda devido a recuperabilidade identificada de sistema proveniente dos trens M22 e M23, da linha 15 – Prata, os quais sofreram uma colisão em 2019.
- (e) A principal transferência ocorreu com a imobilização do novo Centro de Controle Operacional – CCOx, de R\$ 54 milhões.

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2024	Adições ^(c)	Baixas	Transferências	31/03/2025
Custo						
Obras civis ^(a)		22.036.115	39.814	(20)	-	22.075.909
Sistemas ^(b)		11.912.172	49.555	-	-	11.961.727
Terrenos		3.205.967	22.398	-	-	3.228.365
Obras em andamento		12.001.904	832.628	-	87.806	12.922.338
Adiantamentos		940.862	133.463	-	(87.806)	986.519
Bens Móveis - Arrendamento		9.432	-	-	-	9.432
Total		50.106.452	1.077.858	(20)	-	51.184.290
Depreciação						
Obras civis ^(a)	1,25%	(4.168.491)	(81.412)	9	-	(4.249.894)
Sistemas ^(b)	2,90%	(3.339.516)	(118.025)	-	-	(3.457.541)
Bens Móveis - Arrendamento		(2.830)	(943)	-	-	(3.773)
Total		(7.510.837)	(200.380)	9	-	(7.711.208)
Total imobilizado		42.595.615	877.478	(11)	-	43.473.082

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

^(b) Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

^(c) As principais adições no período ocorreram nas linhas: 2 – Verde, de R\$ 463 milhões, 17 – Ouro, de R\$ 324 milhões, e 15 – Prata, de R\$ 126 milhões.

8.2 Ativos sob concessão

A Companhia, conjuntamente com o acionista controlador – GESP, pode avaliar eventuais oportunidades de concessão de parte de sua operação de transporte à iniciativa privada.

O poder concedente é o GESP (responsável pela contrapartida no recebimento da outorga pela concessionária) enquanto o Metrô figura como interveniente, e, findo o período de concessão, conforme previsão contratual, a operação comercial é retomada para a Companhia, sendo utilizados os mesmos ativos de infraestrutura já registrados nas Demonstrações Financeiras como “ativos sob concessão”.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



No período findo em 31 de março de 2026, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição		31/03/2026
		Linha 4	Linha 5	
Custo				
Obras civis ^(a)		4.456.279	8.146.388	12.602.667
Sistemas ^(b)		1.387.731	2.446.566	3.834.297
Terrenos		224.939	750.193	975.132
Obras em Andamento		61.483	-	61.483
Total		6.130.432	11.343.147	17.473.579
Depreciação				
Obras civis ^(a)	1,25%	(692.019)	(939.146)	(1.631.165)
Sistemas ^(b)	2,90%	(346.842)	(439.980)	(786.822)
Total		(1.038.861)	(1.379.126)	(2.417.987)
Total do imobilizado sob concessão		5.091.571	9.964.021	15.055.592

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.

^(b) Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

No período findo em 31 de março de 2025, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição		31/03/2025
		Linha 4	Linha 5	
Custo				
Obras civis ^(a)		4.416.038	8.146.328	12.562.366
Sistemas ^(b)		1.373.483	2.424.663	3.798.146
Terrenos		221.762	749.851	971.613
Obras em Andamento		46.552	-	46.552
Total		6.057.835	11.320.842	17.378.677
Depreciação				
Obras civis ^(a)	1,25%	(624.542)	(812.142)	(1.436.684)
Sistemas ^(b)	2,90%	(305.520)	(359.272)	(664.792)
Total		(930.062)	(1.171.414)	(2.101.476)
Total do imobilizado sob concessão		5.127.773	10.149.428	15.277.201

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.

^(b) Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

9 Intangível

9.1 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Taxa média ponderada	Saldo em 31/12/2025	Adições	Baixas ^(a)	Saldo em 31/03/2026
Softwares	20% a.a.				
Custo de Aquisição		217.568	4.288	(181.381)	40.475
Amortização		(195.683)	(3.196)	181.381	(17.498)
Total do intangível		<u>21.885</u>	<u>1.092</u>	<u>-</u>	<u>22.977</u>

^(a) No período de três meses findo em 31 de março de 2026 houve a baixa de ativos intangíveis (softwares), já amortizados em sua integralidade.

10 Remuneração dos administradores

Os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes são estabelecidos de acordo com plano de cargos e salários, de benefícios e por legislação específica.

Nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, os totais de remuneração (salários, honorários, gratificações, adicionais, férias e 13º salário), encargos sociais, benefícios (assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação e seguro de vida) e previdência suplementar dos administradores, remuneração dos Conselhos e do Comitê de Auditoria são apresentados a seguir:

	31/03/2026	31/03/2025
Administradores		
Remuneração	1.006	881
Encargos sociais	158	128
Benefícios	100	96
Previdência suplementar	33	30
Total	<u>1.297</u>	<u>1.135</u>
Conselhos e Comitê de Auditoria	549	559
Total no período	<u>1.846</u>	<u>1.694</u>
Número de Membros (ao fim do período)		
Conselho de Administração	9	10
Conselho Fiscal - efetivos	5	5
Comitê de Auditoria Estatutária	4	4
Diretoria Executiva	<u>5</u>	<u>5</u>

No período findo em 31 de março de 2026, o maior honorário pago para diretor estatutário foi de R\$ 32.908,97 e para diretor não estatutário R\$ 41.547,20, respectivamente (R\$ 32.908,97 e R\$ 39.945,39 no período findo em 31 de março de 2025).

11 Fornecedores

	31/03/2026	31/12/2025
Terceiros nacionais		
Fornecedores de sistemas	378.361	376.813
Empreiteiras - obras civis	113.071	198.759
Prestação de serviços	76.823	88.150
Outros	28.700	30.764
Energia elétrica	6.411	5.864
Fornecedores nacionais	603.366	700.350
Fornecedores internacionais	5.061	37.914
Total	608.427	738.264

12 Debêntures

	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2025					31/03/2026				
			Circulante	Não circulante	Total	Juros incorridos	Amortização de custos	Juros pagos	Pagamento de principal	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures	04/2027	CDI + 4,5%	112.813	37.494	150.307	6.286	451	(6.262)	(28.572)	112.837	9.373	122.210
Total			112.813	37.494	150.307	6.286	451	(6.262)	(28.572)	112.837	9.373	122.210

12.1 Debêntures

Em 25 de abril de 2022, a Companhia concluiu a 2ª emissão pública por meio da emissão de 400 mil debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de garantir o nível de liquidez de suas atividades operacionais. O montante total captado foi de R\$ 400.000 a taxa de juros correspondente à remuneração de 4,50% a.a. + CDI., com vencimento em 25 de abril de 2027. Os custos de emissão totalizaram R\$ 9.021 e são amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação.

Nos primeiros 18 meses da emissão, os juros foram pagos semestralmente, e a partir de novembro de 2023, a Companhia passou a realizar o pagamento dos juros e a parcela do principal da dívida de forma mensal.

A emissão conta com garantia de cessão fiduciária do fluxo de venda de bilhetes unitários (*QR Code*), sendo que o valor mínimo para fazer frente aos pagamentos dos juros remuneratórios são mantidos em caixa restrito.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia possui o montante de R\$ 34.351 mantido como caixa restrito, conforme nota explicativa nº 6.

As debêntures possuem cláusula de vencimento antecipado relacionada a manutenção da capacidade de pagamento da Companhia, e relacionado ao montante de empréstimo contraído (“índice financeiro”), o qual não deve ser superior ao limite de dívida bruta de R\$ 700.000, sendo considerado no montante os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídas as debêntures e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativo de dívidas. No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia possui endividamento inferior ao limite estabelecido.

12.2 Cronograma de vencimento

O cronograma de vencimento das debêntures, líquido dos custos de emissão, é apresentado abaixo:

	2026	2027	Total
Debêntures	84.716	37.494	122.210
Total	84.716	37.494	122.210

13 Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	19.448	37.736
PIS, COFINS e CSLL - retenção da contratação de serviços	7.091	8.689
Contribuição previdenciária sobre receita bruta - CPRB	2.924	3.247
PIS e Cofins - sobre receitas não tarifárias e importação	2.648	2.898
Outros impostos e contribuições ^(a)	780	825
Total	32.891	53.395
Não circulante		
Outros impostos e contribuições ^(a)	638	638
Total	638	638
Total geral	33.529	54.033

^(a) Inclui valores a recolher relativos a ISS, ICMS, CIDE e a parcelamento de tributos municipais (ISS) inscritos em dívida ativa da PMSP.

14 Remunerações e encargos a pagar

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Férias	125.374	132.370
Encargos sociais	86.053	84.628
Participação no resultado - PPR	38.674	49.459
13º salário	21.258	-
Incentivo benefício saúde - PDI	12.600	15.777
Salários e rescisões a pagar	5.639	778
Parcelamentos previdenciários ^(a)	4.343	6.700
Outros valores a pagar ^(b)	2.633	2.654
Total	296.574	292.366
Não circulante		
Parcelamentos previdenciários ^(a)	16.412	15.906
Incentivo benefício saúde - PDV/PDI	3.236	4.509
Total	19.648	20.415
Total geral	316.222	312.781

^(a) A Companhia aderiu três parcelamentos previdenciários referentes aos débitos de INSS FAP dos anos de 2016 e de 2017, no montante original de R\$ 36.336, os quais estão sendo liquidados em 60 parcelas mensais.

^(b) Inclui pensões judiciais.

14.1 Plano de desligamento incentivado

Programa de Desligamento Incentivado – PDI - Ano 2023

O Programa de Desligamento Incentivado (PDI), lançado em 17 de novembro de 2023, teve seus prazos de adesão e desligamento prorrogados e reabertos em 2025 e 2026, totalizando 783 inscritos.

Até 31 de março de 2026, foram desligados 595 colaboradores, restando 188 desligamentos para a conclusão do programa e os custos estimados para concluir os desligamentos é de R\$ 86.066.

Os colaboradores inscritos no programa só podem ser desligados mediante aceite da Companhia. Os benefícios financeiros oferecidos pelo programa consistem no pagamento de verbas rescisórias e de abono pecuniário para o custeio do plano de saúde por um período de até 24 meses.

O programa prevê que a Companhia tenha o poder de aceitar a adesão do colaborador, bem como as datas de desligamento, considerando a capacidade financeira da empresa e o impacto nas atividades das áreas.

15 Adiantamento de clientes

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Centros comerciais ^{(a) (b)}	23.176	21.085
Créditos em poder do passageiro	20.487	17.619
Arrendamentos a apropriar	997	550
Outros	4.740	4.728
Total	49.400	43.982
Não circulante		
Centros comerciais ^(a)	676.055	679.675
Arrendamentos a apropriar ^(b)	166.444	120.848
Outros	338	338
Total	842.837	800.861
Total geral	892.237	844.843

^(a) Em 31 de março de 2026, inclui R\$ 293.022, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes do Consórcio Shopping Metro Itaquera, o qual se refere à antecipação das remunerações recebidas pela Companhia pelo direito de uso dos terrenos ao norte da Estação Corinthians – Itaquera, assim como pela extensão da vigência contratual em 20 anos. Inclui também R\$ 275.505, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes do Consórcio Condeshop, concessionário dos Shoppings Metrô Tatuapé e Boulevard Tatuapé, referente à antecipação de receitas e pelo direito de uso dos terrenos adjacentes à estação Tatuapé do Metrô, assim como pela extensão da vigência contratual em 50 anos.

^(b) Em 31 de março de 2026, inclui R\$ 128.451, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes do Consórcio Prima, o qual se refere à outorga pela extensão da vigência contratual em 20 anos da concessão dos Terminais de ônibus Tietê e Jabaquara, assim como pela extensão da vigência contratual em 23 anos da concessão do Terminal de Ônibus Barra Funda. Inclui também R\$ 39.350, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes da Jcdecaux pela extensão da vigência contratual em 6 anos e pela inclusão dos espaços da Linha 15 – Prata no escopo do contrato de exploração comercial de espaços publicitários da Companhia.

16 Transações com partes relacionadas

		31/03/2026			31/12/2025		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Partes relacionadas	Natureza da principal operação						
Ativos							
GESP	C/R - Serviços de transporte ^(a)	199.972	-	199.972	168.247	-	168.247
Metrus - Instituto	C/R - Parcelamento dep. Judicial ^(b)	-	139.609	139.609	-	131.199	131.199
Outros	C/R - Diversos ^(c)	4.010	-	4.010	4.695	-	4.695
		<u>203.982</u>	<u>139.609</u>	<u>343.591</u>	<u>172.942</u>	<u>131.199</u>	<u>304.141</u>
Passivos							
CBTU	C/P - Convênios ^(d)	(3.874)	(206.322)	(210.196)	(3.874)	(207.291)	(211.165)
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde ^(e)	(23.098)	-	(23.098)	(23.134)	-	(23.134)
Metrus - Instituto	C/P - Parcelamento ^(f)	(3.559)	(17.619)	(21.178)	(3.559)	(18.500)	(22.059)
Iamspe	C/P - Saúde ^(g)	(278)	-	(278)	(435)	-	(435)
PRODESP	C/P - Proc. Dados ^(h)	(912)	-	(912)	(974)	-	(974)
		<u>(31.721)</u>	<u>(223.941)</u>	<u>(255.662)</u>	<u>(31.976)</u>	<u>(225.791)</u>	<u>(257.767)</u>
Patrimônio líquido							
GESP	C/S - Afac ⁽ⁱ⁾	-	-	(1.191.540)	-	-	-
GESP	C/S - Integralização de capital ^(j)	-	-	-	-	-	(4.847.053)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.191.540)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.847.053)</u>

		31/03/2026	31/03/2025
Resultado	Natureza		
GESP	Receita tarifária - apoio a PPP ^(k)	294.269	209.568
GESP	Receita com gratuidades ^(l)	144.348	132.193
CBTU	C/P - Convênios ^(d)	969	969
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde ^(e)	(63.755)	(61.599)
Metrus - Instituto	C/P - Parcelamento ^(f)	(735)	(502)
Iamspe	C/P - Saúde ^(g)	(739)	(671)
Administração	Despesas com folha ^(m)	(1.846)	(1.694)
PRODESP	Despesa com Proc. de Dados ⁽ⁿ⁾	(1.912)	-
Total		<u>370.599</u>	<u>278.264</u>

- (a) Montantes a receber do Governo do Estado de São Paulo referentes a ressarcimentos da operação de transporte de passageiros, conforme nota explicativa nº 4.1. O saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.
- (b) Refere-se ao valor de principal pago pela Companhia ao Metrus em decorrência de acordo de ressarcimento do depósito judicial realizado no âmbito do processo movido pela EMTEL.
- (c) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.1 Contas a receber, líquidos, refere-se a ressarcimento pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP. Inclui também notas de débito referente a serviços diversos prestados pela Companhia às empresas ligadas.
- (d) O saldo do passivo corresponde ao montante a apropriar ao resultado da subvenção para investimento recebida da CBTU. O montante contido no resultado corresponde a receita apropriada no período.
- (e) O saldo do passivo ao Metrus – Instituto de Seguridade Social, referente à contribuição da patrocinadora sobre os planos de previdência privada (Plano I e Plano II) e assistência médica de seus empregados. O montante contido no resultado corresponde a despesa reconhecida no período.
- (f) Refere-se a honorários advocatícios no âmbito do processo movido pela EMTEL, dos quais a Companhia deve ressarcimento ao Metrus.
- (g) O saldo de repasse ao Iamspe – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, referente a assistência médica dos empregados que aderiram ao plano.
- (h) Saldo do passivo da PRODESP referente a prestação de serviço de Processamento de Dados.
- (i) Refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital social, realizado pelo Gesp.
- (j) Refere-se ao aporte de capital social realizado pelo GESP.
- (k) Refere-se a parcela da receita tarifária que é ressarcida pelo GESP, em virtude do modelo de apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.

- (l) Reconhecimento de receita proveniente do transporte de passageiros com benefício de gratuidade conforme nota explicativa nº 20.
- (m) Trata-se de valor pago a título de honorários de Diretoria Executiva, Conselhos e Comitê.
- (n) Despesa da PRODESP referente a prestação de serviço de Processamento de Dados.

17 Planos de previdência suplementar

17.1 Planos de benefícios

A Companhia assegura o custeio de planos de aposentadoria suplementar vitalícia estruturados na modalidade de benefício definido (Plano I) e contribuição definida (Plano II) voltados aos seus empregados e administrados pelo Metrô – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, na qual o Metrô é patrocinadora.

i) Benefício definido (Plano I)

Concedido a empregados até 1999, com contribuições fixas, prevendo o pagamento de benefícios de renda suplementar vitalícia para participantes com no mínimo 60 anos de idade e 10 anos de participação no plano.

ii) Contribuição definida (Plano II)

Concedido a empregados após 1999 e para participantes que aceitaram a migração do Plano I, prevendo contribuições fixas, podendo ser suplementadas de contribuições variáveis e que, ao final, pode chegar à mesma estrutura de pagamento dos benefícios, nas mesmas condições de tempo de participação no plano e idade aplicados no Plano I.

Ambos os planos são limitados à curva de remuneração do saldo da cota vigente ao participante quando este é elegível ao benefício, e são limitados a até 70% da remuneração atual do profissional.

A diferença é que: no Plano I, o participante tem assegurado pela patrocinadora o direito ao benefício de 70% da remuneração, se cumprido o plano de contribuições e independentemente da performance de ativos e passivos financeiros do plano; no Plano II, os valores dos benefícios estão condicionados aos aportes adicionais que o participante pode realizar e à performance dos ativos e passivos do plano.

A Companhia oferece o benefício de pensão por morte ao participante assistido e de aposentadoria por invalidez.

17.2 Movimentação do passivo atuarial líquido e valor justo dos ativos do plano e obrigações atuariais

	Plano I
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	89.594
Custo do serviço corrente	2.001
Juros sobre obrigação atuarial	8.581
Contribuições da patrocinadora	(6.307)
Ganhos atuariais - ORA (2025)	(93.174)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	695
50% sob responsabilidade da Cia do Metrô	347
Juros sobre obrigação atuarial	23
Saldo final em 31 de março de 2026	718
Valor presente das obrigações atuariais	1.462.683
Valor justo dos ativos do plano	(1.461.965)
Passivo líquido em 31 de março de 2026	718
50% sob responsabilidade da Cia do Metrô	359

No período findo em 31 de março de 2026, o montante de benefícios pagos conjuntamente pelos dois planos é de R\$ 60.787 (Em 31 de março de 2025, o montante pago foi de R\$ 54.726).

18 Provisão para processos judiciais

A Companhia é polo passivo em uma série de ações judiciais referentes ao curso normal dos negócios, incluindo ações nas esferas trabalhista, cível, tributária e previdenciária.

Os prazos e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. A composição da provisão para processos judiciais é apresentada abaixo:

	Saldo em 31/12/2025	Adições	Atualizações monetárias / recálculo do valor em risco	Liquidações/ reversões	Saldo em 31/03/2026
Trabalhistas	190.020	383	3.426	(11.478)	182.351
Cíveis	1.478.782	456	36.718	(1.673)	1.514.283
Tributários e previdenciários	5.771	22	196	(2)	5.987
Total	1.674.573	861	40.340	(13.153)	1.702.621

18.1 Processos trabalhistas

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia figura no polo passivo em 3.199 processos de natureza trabalhista (3.270 processos em 31 de dezembro de 2025).

Os processos trabalhistas estão relacionados, principalmente, aos pleitos sobre periculosidade, equiparação salarial e horas extras.

18.2 Processos cíveis

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia figura no polo passivo em 669 processos de natureza cível (682 processos em 31 de dezembro de 2025).

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual e indenizações por dano material e moral. Dentre os processos cíveis, destacam-se, pela sua relevância, as ações descritas a seguir:

Processo Turma da Rua

Conforme convênio celebrado em outubro de 1988, o Metrô assumiu a responsabilidade pela administração do Programa Turma da Rua, permanecendo o Metrô responsável por todos os custos dele decorrentes, em atenção às determinações do GESP. Neste sentido, o Metrô repassou os recursos necessários ao Metrô para a liquidação das obrigações. A mão de obra para a execução deste Programa foi terceirizada com a contratação da EMTEL – Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda.

O contrato com a EMTEL foi encerrado em 06 de março de 1995, quando a administração do Programa voltou à responsabilidade do Metrô, a título emergencial, uma vez que os serviços não podiam ser interrompidos e não havia possibilidade legal de prorrogação do contrato.

Existem, atualmente, demandas judiciais entre EMTEL e Metrô, onde se discutem indenizações trabalhistas acrescidas de custas processuais, correção monetária, juros de mora e de honorários advocatícios, que o Metrô não reconhece como sua obrigação. Adicionalmente, foram movidas diversas reclamações trabalhistas contra a EMTEL, nas quais o Metrô também poderá vir a ter de responder solidariamente pelas obrigações decorrentes.

Assim, em decorrência do convênio celebrado entre o Metrô e Metrô, quaisquer despesas provenientes destes processos, desde que devidas pelo Metrô, serão, ao final, suportadas pelo Metrô e pelo GESP. No período findo em 31 de março de 2026, o montante provisionado para esta contingência, por conta de sua probabilidade provável, é de R\$ 1.048.551 (R\$ 1.023.774 em 31 de dezembro de 2025).

18.3 Processos tributários e previdenciários

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia figura no polo passivo em 230 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária (Em 31 de dezembro de 2025, são 230 processos).

De maneira geral, os processos tributários e previdenciários estão relacionados, principalmente, a isenções de cobrança do ISS referente a demolições, multas aplicadas e discussões sobre a incidência de diversos tributos.

18.4 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível.

	31/03/2026	31/12/2025
Trabalhistas ^(a)	489.584	483.836
Cíveis ^(b)	4.623.050	4.576.960
Tributários e previdenciários	64.695	27.554
Total	<u>5.177.329</u>	<u>5.088.350</u>

- (a) Os principais pleitos dos processos trabalhistas se referem a: equiparação salarial entre empregados, reintegração ao quadro de empregados, e base de cálculo das horas extras.
- (b) Os dez maiores processos judiciais cíveis, não provisionados, tem como autor da ação as seguintes empresas: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (2 processos), Corsan-Corviam Construccion S.A do Brasil, Consórcio Construcap-Constran, Camargo Corrêa, Bombardier Transportation Brasil Ltda (3 processos), Consórcio Linha Amarela, Snef Serviços e Montagens Ltda e Inepar S/A Indústria E Construções. Esses processos possuem estimativa de perda no montante de R\$ 3.256.707 e se referem principalmente a pleito de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados com a Companhia. Os demais processos no montante de R\$ 1.366.343 estão distribuídos em diversas ações e compõem o saldo total classificado como perda possível. (Em 31 de dezembro de 2025, a estimativa de perda dos dez maiores processos cíveis não provisionados era de R\$ 3.178.430).

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital autorizado

A Companhia atua sob regime de capital social autorizado cujo montante, conforme retratado no Artigo 3º do Estatuto Social, é de R\$ 77.358.042.

O Conselho de Administração pode deliberar o aumento do capital dentro do limite autorizado e uma vez consultado o Conselho Fiscal, conforme Artigo 14º, inciso XIII do Estatuto Social da Companhia.

19.2 Capital social

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e realizado é de R\$ 57.339.085, composto por 11.307.375 ações ordinárias de classe única, nominativas, sem valor nominal e com direito a um voto cada.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.191.540 a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Tais recursos são provenientes de seu acionista majoritário.

A composição do capital social é apresentada abaixo:

Acionista	31/03/2026		31/12/2025	
	Quantidade - ON	%	Quantidade - ON	%
Fazenda do Estado de São Paulo - FESP	11.104.168	98,20%	11.104.168	98,20%
Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP	202.032	1,79%	202.032	1,79%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	1.171	0,01%	1.171	0,01%
Outros - ações em tesouraria	4	0,00%	4	0,00%
Total	11.307.375	100,00%	11.307.375	100,00%

20 Receita operacional líquida

	31/03/2026	31/03/2025
Receita tarifária	496.141	476.360
Gratuidades (ressarcimento) ^(a)	144.348	132.193
Desenvolvimento imobiliário	28.971	27.060
Varejo	17.073	17.972
Mídia e publicidade	21.859	17.709
Outros negócios	3.745	2.984
Receita não tarifária	<u>71.648</u>	<u>65.725</u>
Receita operacional bruta	<u>712.137</u>	<u>674.278</u>
Impostos sobre a receita bruta ^(b)	<u>(14.397)</u>	<u>(15.889)</u>
Deduções e impostos	<u>(14.397)</u>	<u>(15.889)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>697.740</u></u>	<u><u>658.389</u></u>

^(a) Receita proveniente do transporte de passageiro com benefício de gratuidade, conforme políticas públicas implementadas.

^(b) No período de três meses findo em 31 de março de 2026 e 2025 inclui os montantes de R\$ 7.688 e R\$ 9.739 referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB).

21 Custos dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas

	31/03/2026	31/03/2025
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(363.783)	(341.841)
Materiais	(23.520)	(22.692)
Energia elétrica de tração	(35.246)	(39.306)
Serviços	(45.451)	(39.065)
Gastos gerais	(3.346)	(8.858)
Depreciação e amortização	(191.299)	(196.490)
	<u>(662.645)</u>	<u>(648.252)</u>
Despesas com vendas		
Pessoal	(4.454)	(4.566)
Serviços	(471)	-
Gastos gerais	(83)	(9)
Depreciação e amortização	-	(3)
	<u>(5.008)</u>	<u>(4.578)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(88.034)	(122.983)
Materiais	(346)	(332)
Serviços	(46.044)	(40.153)
Gastos gerais	(75.153)	(90.362)
Depreciação e amortização	(7.094)	(11.740)
	<u>(216.671)</u>	<u>(265.570)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Receitas com a prestação de outros serviços	933	891
Multas contratuais	714	1.982
Créditos convênio CBTU	969	969
Baixas/reversões de imobilizados e intangível ^(a)	21.511	(11)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	10.343	3.049
	<u>34.470</u>	<u>6.880</u>
	<u>(849.854)</u>	<u>(911.520)</u>

^(a) Houve uma reversão de perda devido a recuperabilidade identificada de sistema proveniente dos trens M22 e M23, da linha 15 – Prata, os quais sofreram uma colisão em 2019, conforme nota explicativa nº 8.1.

22 Resultado financeiro, líquido

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	21.529	13.571
Juros ativos	520	536
Ajuste a valor presente	(406)	(555)
	<u>21.643</u>	<u>13.552</u>
Despesas financeiras		
Despesas com juros e custo com emissão de dívidas ^(a)	(8.425)	(14.108)
Despesas com juros atuariais	(12)	(1.073)
Outras despesas financeiras	(973)	(859)
	<u>(9.410)</u>	<u>(16.040)</u>
Variações monetárias e cambiais		
Variações monetárias líquidas	463	(853)
Variações cambiais líquidas	519	530
	<u>982</u>	<u>(323)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>13.215</u>	<u>(2.811)</u>

^(a) Do montante de R\$ 8.425 em 31 de março de 2026, (R\$ 6.286) e (R\$ 451) se referem respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados das debêntures da Companhia. Em 31 de março de 2025, os montantes são de (R\$ 10.309) e (R\$ 451), referente a respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados), conforme nota explicativa n° 12.

23 Imposto de renda e contribuição social

23.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos impostos sobre o lucro e os montantes contábeis registrados (variações de provisões diversas e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros).

As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A composição do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, estão abaixo apresentados:

	31/03/2026	31/12/2025
Prejuízos fiscais	7.410.195	7.317.945
Base negativa da contribuição social	7.029.690	6.943.094

23.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição	(138.899)	(255.942)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas	47.226	87.020
Reconciliação da alíquota:		
Lei 8.200/91 - CSLL ^(a)	(544)	(524)
Demais adições e exclusões, líquidas	(26.315)	(26.501)
Parcela não reconhecida sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.	(20.367)	(59.995)
Total do imposto de renda e da contribuição social	-	-
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL do período	0,00%	0,00%

- (a) Este ajuste de adição aplica-se somente à CSLL e decorre da diferença entre a depreciação dos ativos imobilizados corrigidos monetariamente pela Lei 8.200/91 em relação à depreciação prevista na Lei 6.404/76.
- (b) A Companhia não constitui ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, pois não apresenta expectativa de lucros tributáveis futuros.

Impactos da Reforma Tributária

No trimestre findo em 31 de março de 2026, a Companhia tem adotado as ações necessárias para implementação da reforma tributária.

24 Resultado por ação

24.1 Básico

O resultado por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias recompradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo atribuível aos acionistas	(138.899)	(255.942)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício	11.307	10.109
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria	0,004	0,004
Quantidade média ponderada de ações em circulação	11.307	10.109
Prejuízo básico por ação ordinária (Em R\$)	(12,28)	(25,32)

A Companhia não possui ações ou instrumentos conversíveis em ações que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

25 Instrumentos financeiros e fatores de risco

25.1 Classificação e mensuração

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	670.004	642.932	-	-
Contas a receber	-	-	245.499	206.415
Outros ativos	-	-	185.255	183.147
Caixa restrito	34.351	35.871	-	-
	<u>704.355</u>	<u>678.803</u>	<u>430.754</u>	<u>389.562</u>
Passivo				
Fornecedores	-	-	608.427	738.264
Debêntures	-	-	122.210	150.307
Partes relacionadas	-	-	255.662	257.767
Passivo de arrendamento	-	-	2.398	3.417
Outras contas e despesas a pagar	-	-	3.329	3.314
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>992.026</u>	<u>1.153.069</u>

25.2 Gestão de riscos financeiros

A Administração da Companhia está voltada para a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico-financeiro. As atividades do Metrô o expõem aos seguintes fatores de riscos: políticas públicas de preços tarifários, de outros índices macroeconômicos, riscos de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de incerteza sobre a geração sustentável de caixa e de resultados da Companhia. Para gerenciar esta volatilidade, ocasionada por fatores externos, o Metrô dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos financeiros.

O processo de gestão de riscos compreende as seguintes etapas: i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxos de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; ii) mensuração e comunicação do risco mensurado; iii) avaliação e definição de estratégias para o gerenciamento dos riscos de mercado; e iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de preços tarifários;

25.3 Risco de liquidez

A Companhia tem sua previsão de fluxo de caixa realizada pela Administração, a qual monitora as previsões contínuas de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e as suas obrigações.

Dada sua gestão de estrutura de capital, a Companhia substancialmente opera com o capital de giro próprio para suas atividades operacionais e para investimentos estruturais é suportada, essencialmente, via aporte de capital de seus acionistas.

Avaliação de *Rating*

Em 31 de março de 2026, a Moody's Local revisou e manteve o Rating de emissor e da 2ª emissão de debêntures em 'AA-.br', com perspectiva estável.

25.4 Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, presente principalmente no contas a receber.

Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito.

Os recebíveis do GESP são avaliados individualmente e os valores contábeis correspondem à expectativa de realização sob a perspectiva da Companhia.

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa concentram-se em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. Por decisão estratégica do GESP, os recursos financeiros do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios – SIAFEM, incluindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, são gerenciados pelo Banco do Brasil, que possui classificação BB concedida pela agência Standard & Poor's e pela Fitch Ratings, e Baa3 concedida pela Moody's.

25.5 Risco de taxas de câmbio

A Companhia, eventualmente, no curso natural de seus negócios pode contratar serviços e comprar materiais e equipamentos de fornecedores estrangeiros através de seus processos de licitação, substancialmente ligados aos programas de investimentos em novas linhas metroviárias, sistemas e frota de trens, ficando desta forma exposta a oscilações cambiais quando do câmbio da data de compra até a efetiva data de liquidação das obrigações. A Companhia possui exposição cambial somente para fornecedores em moeda estrangeira, conforme nota explicativa nº 11 sujeitos à variação do dólar norte-americano.

Em 31 de março de 2026, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$ 5,2194/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o possível efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em moeda estrangeira em 31 de março de 2026:

Risco	Aumento da taxa de câmbio
Taxas de câmbio referencial	5,2194
Fornecedores internacionais	5.061
Valores expostos ^(a)	970
Cenário favorável (-50%)	2.530
Cenário favorável (-25%)	3.796
Cenário adverso (+50%)	7.591
Cenário adverso (+25%)	6.326

^(a) Refere-se ao saldo, em dólares americanos (US\$), de obrigações com fornecedores internacionais.

25.6 Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas, bem como incremento de despesas financeiras aplicadas sobre obrigações liquidadas fora do prazo contratual.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados na data das informações trimestrais, conforme nota explicativa n° 12, e portanto, está exposta a risco de taxa de juros de forma significativa. Os valores abaixo demonstram os impactos nos resultados de acordo com o cenário aplicado:

Risco	Taxas referenciais	Efeito no resultado
Valores expostos (saldo líquido positivo) ^(a)	14,65%	555.963
Cenário adverso (-50%)	7,325%	(40.724)
Cenário adverso (-25%)	10,988%	(20.362)
Cenário favorável (+50%)	21,975%	40.724
Cenário favorável (+25%)	18,313%	20.362

^(a) Refere-se a soma de caixa de atividades de custeio e caixa restrito, líquidos de passivo oneroso.

25.7 Risco de preços tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de operação fixados por política pública de preços de passagens dos transportes de passageiros aplicada na Região Metropolitana de São Paulo pela STM, ligada ao GESP.

Com a finalidade de mitigar estes efeitos, a Companhia trabalha de forma integrada junto à STM para formular estudos de viabilidade econômica e aplicação de ajustes tarifários, quando aplicáveis, aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio, tanto da parte da Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares benéficos para o resultado do Metrô.

25.8 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

25.9 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é de assegurar a sua liquidez, índices de cobertura adequados e mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no curso normal dos negócios.

A Companhia monitora de forma constante indicadores relevantes como: i) índice de limite máximo de endividamento, na ausência de título emitido que determine o passivo oneroso máximo, deve-se observar o limite de até 1% do total de ativos da Companhia, conforme disposto em instrumento normativo interno; ii) índice de cobertura, evidencia o quanto das entradas de caixa representam das obrigações da Companhia de forma tempestiva.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui passivo oneroso de R\$ 122.210 (R\$ 150.307 em 31 de dezembro de 2025), conforme nota explicativa nº 12, para fins de apuração do índice de endividamento. O índice de cobertura apurado é de 108,40% no período findo em 31 de março de 2026 (100,35% em 31 de dezembro de 2025).

25.10 Garantias

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui garantias reais vinculadas as operações de contas a receber referente a operações de arrendamento, locações de espaços, outras receitas adjacentes e a contratos com fornecedores no montante de R\$ 4.826 (R\$ 4.870 em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 26 - Cobertura de Seguros. Em 31 de março de 2026, o montante de garantias oferecidas sob a modalidade de apólice é de R\$ 419.482 (R\$ 442.654 em 31 de dezembro de 2025).

26 Cobertura de seguros

O Metrô mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país definidas por licitação que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de março de 2026, a Companhia possui cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, passageiros e construções, por valores considerados suficientes pela Administração. O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

	31/03/2026	31/12/2025
Limite máximo de indenizações		
Ativos materiais	450.000	450.000
Seguro garantia judicial	250.000	250.000
Seguro de responsabilidade civil - geral	93.300	93.300
Seguro garantia compra de energia	19.828	43.384
Seguro de responsabilidade civil - administradores	30.000	30.000
Riscos diversos	3.053	3.253
Total	846.181	869.937



METRÔ